



Simulado Final

# Brigada Militar RS

Oficial - Pós-Edital

# Simulado

Simulado Final Brigada Militar RS (Oficial)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **Brigada Militar RS**, cargo de **Oficial**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ZDroLvg1f6dj1DLM9>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/XfBR>

**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra***Texto 1**

O Tribunal de Justiça Militar desempenha um papel fundamental na estrutura judiciária de muitos países ao redor do mundo, incluindo o Brasil. Sua existência e função são motivadas pela necessidade de garantir que as questões relacionadas às Forças Armadas e aos militares sejam tratadas de maneira adequada e justa, enquanto mantém a disciplina e a ordem dentro das instituições militares.

Esse Tribunal é um órgão especializado do Poder Judiciário, encarregado de julgar crimes militares, processos disciplinares e questões administrativas relacionadas às Forças Armadas. Sua criação e existência estão ligadas ao princípio da separação dos poderes, assegurando que as Forças Armadas sejam submetidas à lei e à justiça, assim como qualquer outro cidadão ou instituição.

Uma de suas principais responsabilidades é julgar crimes militares, que podem variar desde crimes de guerra até delitos comuns cometidos por militares durante o serviço. Isso é essencial para garantir que os membros das Forças Armadas sejam responsabilizados por suas ações, promovendo a transparência e a responsabilidade dentro das instituições militares.

Além disso, o Tribunal de Justiça Militar desempenha um papel importante na manutenção da disciplina nas Forças Armadas. Ele lida com processos disciplinares que envolvem militares e, assim, contribui para a eficiência e a eficácia das operações militares. Isso é crucial para a segurança nacional e a estabilidade do país.

Outra função vital do órgão é garantir que os direitos fundamentais dos militares sejam protegidos durante todo o processo legal. Isso inclui o direito a um julgamento justo, representação legal adequada e proteção contra tratamento cruel ou desumano. Ele atua como um guardião desses direitos, garantindo que nenhum militar seja submetido a abusos ou injustiças.

1. Qual é uma das principais responsabilidades do Tribunal de Justiça Militar, de acordo com o texto?

- a) Garantir a supremacia das Forças Armadas sobre o Poder Judiciário.
- b) Julgar apenas crimes de guerra cometidos por militares.
- c) Erradicar a impunidade entre os membros das Forças Armadas.
- d) Assegurar que os militares sejam responsabilizados por suas ações, incluindo crimes militares.
- e) Exercer funções exclusivamente administrativas nas instituições militares.

2. Considere as frases abaixo para responder à questão sobre concordância nominal.

I. É permitido permanência de crianças neste local.

II. Eu comprei carro e bicicleta novos.

III. Dados esses problemas graves, precisamos nos apressar para resolver.

Qual das alternativas abaixo aplica corretamente as regras de concordância nominal na norma padrão da língua portuguesa?

- a) O termo 'permitido' está correto para concordar em gênero com o núcleo do sujeito.
- b) o termo 'novos' está mal empregado na frase II, devido à presença do termo 'bicicleta'.
- c) o termo 'permitido' deveria ter sido substituído por 'permitida' para a frase ficar correta.
- d) o termo 'Dados' deveria ser substituído por 'Dado'.
- e) O termo 'novos' poderia ser flexionado no singular, mantendo a correção: nova.

3. Na norma culta da língua portuguesa, a regência verbal se refere à relação de dependência que se estabelece entre os verbos e seus complementos. Considerando a regência de alguns verbos frequentemente utilizados, assinale a alternativa que apresenta o uso INCORRETO de acordo com a norma padrão.

- a) O diretor aspirava ao cargo com grande expectativa.
- b) Informaram ao chefe de que ocorreriam alterações na empresa.
- c) A empresa visa à expansão internacional nos próximos anos.
- d) Assisti ao documentário indicado pela crítica.
- e) Esqueci o livro em casa, mas me lembrei da tarefa.

4. Considerando os processos de formação das palavras na língua portuguesa, analise as palavras abaixo e assinale a alternativa que identifica corretamente o processo de formação de cada uma.

- I. Supermercado
- II. Deslealdade
- III. Passatempo
- IV. Planalto
- V. Desalmado

- a) I. Composição por justaposição; II. Derivação parassintética; III. Composição por justaposição; IV. Composição por aglutinação; V. Derivação sufixal.
- b) I. Derivação prefixal; II. Derivação prefixal e sufixal; III. Composição por aglutinação; IV. Derivação regressiva; V. Derivação parassintética.
- c) I. Derivação prefixal; II. Derivação prefixal e sufixal; III. Composição por justaposição; IV. Derivação regressiva; V. Derivação sufixal.
- d) I. Composição por justaposição; II. Derivação prefixal e sufixal; III. Composição por aglutinação; IV. Derivação imprópria; V. Derivação sufixal.
- e) I. Derivação prefixal; II. Derivação prefixal e sufixal; III. Composição por justaposição; IV. Composição por aglutinação; V. Derivação parassintética.

5. A regência nominal refere-se ao tipo de complemento que certos nomes exigem para completar o seu sentido, geralmente vindo acompanhado de preposições específicas. Com base na norma culta da língua portuguesa, assinale a alternativa que apresenta o uso INCORRETO de regência nominal.

- a) Ela tinha admiração por professores que dominavam a norma culta.
- b) O diretor estava ciente nas dificuldades enfrentadas pela equipe.
- c) Estamos alheios às disputas internas daquele setor.
- d) Ele demonstrou respeito aos colegas durante a reunião.
- e) A aluna mostrou-se apta a realizar a tarefa com autonomia.

6. Analise as frases abaixo no que se refere à colocação pronominal adequada segundo a norma culta da língua portuguesa.

- I. Assim que todos os alunos formarem-se, conseguiremos os empregos para cada um.
- II. Não arrepende-se é uma alternativa.
- III. O aluno certamente arrependeu-se do erro.
- IV. Este é o político que, após dois meses, se entregou à polícia.

Considerando as regras de colocação pronominal em língua portuguesa, qual das alternativas abaixo indica corretamente a adequação das frases à norma culta?

- a) Todas as frases estão corretas.
- b) Apenas as frases I e II estão corretas.
- c) Apenas as frases II e IV estão corretas.
- d) Apenas as frases III e IV estão corretas.
- e) Todas as frases estão incorretas.

7. Assinale a única alternativa em que a vírgula tenha sido empregada pelo fato de a frase apresentar algum elemento que esteja fugindo ao conceito de ordem direta.
- a) O gerente apresentou os novos projetos, durante a reunião.
- b) Ana, por favor, entregue o relatório até o fim do dia.
- c) O professor explicou claramente, com paciência e detalhes, o conteúdo da aula.
- d) Os candidatos estudaram gramática, interpretação de texto, redação e atualidades.
- e) Estava cansado, mas continuou trabalhando até tarde.
8. Na oração 'Isso é crucial para a segurança nacional e a estabilidade do país.', o termo 'Isso':
- a) Estabelece coesão catafórica e retoma a eficiência e a eficácia das operações militares.
- b) Estabelece coesão anafórica e retoma um papel importante na manutenção da disciplina nas Forças Armadas.
- c) Estabelece coesão exofórica e retoma a eficiência e a eficácia das operações militares.
- d) Estabelece coesão sequencial e retoma um papel importante na manutenção da disciplina nas Forças Armadas.
- e) Estabelece coesão anafórica e retoma a eficiência e a eficácia das operações militares.
9. Considere as seguintes frases para responder à questão sobre concordância verbal.
- I. "Devem haver pessoas interessadas no carro".
- II. "Cada um dos alunos apresentaram os seus trabalhos".
- III. "Concordaram o professor e o aluno."
- Qual das alternativas abaixo aplica corretamente as regras de concordância verbal na norma padrão da língua portuguesa?
- a) O verbo 'concordaram' também poderia ser empregado no singular 'Concordou'.
- b) Na frase I, o verbo 'Devem' está empregado corretamente para concordar com 'pessoas'.
- c) Na frase II, o verbo 'apresentaram' está certo, pois o sujeito é partitivo.
- d) Na frase II, o verbo 'apresentaram' está certo, pois o sujeito é plural.
- e) Na frase I, o verbo 'haver' poderia ser substituído por 'existir', mas o verbo auxiliar passaria por adaptações em sua flexão.
10. Analise as afirmativas a seguir sobre a ocorrência da crase, considerando a norma padrão da língua portuguesa, e assinale verdadeiro (V) ou falso (F)
- ( ) Admite-se o uso da crase perante topônimos femininos que comportem o artigo definido, desde que o verbo ou expressão regente exija a preposição "a".
- ( ) Não se emprega o acento indicativo de crase entre expressões femininas repetidas que compõem locuções adverbiais ou prepositivas formadas por justaposição de termos idênticos, tais como "face a face", "frente a frente".
- ( ) Diante de pronomes possessivos femininos com função substantiva, a crase é opcional.
- ( ) Admite-se o acento indicativo de crase diante de formas verbais, nos casos em que palavras femininas estão implícitas.
- A sequência correta é:
- a) V – V – F – F
- b) V – F – V – F
- c) F – V – F – V
- d) F – V – V – V
- e) F – V – F – F

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

**11.** Segundo a Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

- a) a de três cargos de professor.
- b) a de um cargo da área da saúde com outro de natureza técnica ou científica.
- c) a de dois cargos de profissional de saúde, independentemente da regulamentação das profissões.
- d) a de dois cargos técnico ou científico.
- e) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

**12.** Tomando por base as regras da Constituição Federal quanto à sindicalização e ao direito de greve dos agentes públicos, é correto afirmar que:

- a) é vedada a realização de greve por servidores públicos em geral.
- b) a greve poderá ser exercida nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- c) é permitida a deflagração de greve, sejam agentes públicos civis ou militares.
- d) é permitida a sindicalização, sejam agentes públicos civis ou militares.
- e) é vedada a realização de greve por servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública, sejam militares ou civis.

**13.** Ao afirmar que as pessoas jurídicas de direito público e as pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, a Constituição Federal consagrou a:

- a) responsabilidade objetiva do agente público.
- b) responsabilidade subjetiva do Estado.
- c) responsabilidade objetiva do Estado, pela teoria da culpa administrativa.
- d) responsabilidade objetiva do Estado, pela teoria do risco administrativo.
- e) responsabilidade objetiva do agente público, pela teoria do risco administrativo.

**14.** No interior de determinada penitenciária gaúcha, o detento João Batista veio a falecer em razão de agressão física sofrida durante rebelião. Neste caso, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Estado do Rio Grande do Sul

- a) responde pelo falecimento do detento, desde que seja comprovada a omissão dolosa dos agentes penitenciários responsáveis e o respectivo nexo de causalidade.
- b) não responde pelo falecimento do detento, em razão de a conduta ter sido praticada por um terceiro.
- c) responde pelo falecimento do detento, desde que seja comprovada a falha do serviço prisional sob responsabilidade do Estado.
- d) responde de modo objetivo pelo dano causado, eis que se o Estado havia assumido dever específico de proteção do detento.
- e) responde de modo subjetivo pelo dano causado, com fundamento na teoria do risco integral.

**15.** Selecione, entre as alternativas a seguir, um dos atributos do poder de polícia administrativa:

- a) eficácia.
- b) vinculação.
- c) exigibilidade.
- d) eficiência.
- e) discricionariedade.

**16.** Determinado oficial da Brigada Militar, no exercício regular das atribuições de seu cargo, determinou que um grupo de soldados realizasse blitz em determinado local de Porto Alegre, a fim de coibir possíveis irregularidades em veículos automotores da região.

O ato relativo à determinação para realização da blitz representa manifestação do poder

- a) hierárquico.
- b) de polícia.
- c) disciplinar.
- d) avocatório.
- e) normativo.

**17.** A extinção de um ato pela superveniência de norma jurídica tornando inadmissível a situação sob a qual o ato foi praticado é denominada:

- a) caducidade.
- b) cassação.
- c) anulação.
- d) revogação.
- e) convalidação.

**18.** No que se refere aos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a ilegalidade do objeto se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- b) a inexistência dos motivos fica caracterizada quando o ato não se inclui nas atribuições legais do agente que o praticou.
- c) a incompetência consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- d) a convalidação é praticada exclusivamente sobre vícios sanáveis, gerando efeitos retroativos.
- e) é possível a revogação de ato discricionário feita pelo Poder Público ou pelo Poder Judiciário.

**19.** Assinale a alternativa que contém hipótese de inexigibilidade de licitação (Lei 14.133/2021):

- a) locação de bem móvel.
- b) contratação de serviços técnicos especializados de publicidade.
- c) objetos que devam ser contratados por meio de credenciamento.
- d) no caso de guerra.
- e) no caso de calamidade pública.

**20.** Trata-se de modalidade licitatória que deve ser utilizada para contratação de bens e serviços especiais, cuja condução caberá em regra a um agente de contratação:

- a) leilão.
- b) diálogo competitivo.
- c) concorrência.
- d) concurso.
- e) pregão.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Adriane Fauth*

**21.** Sobre a aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) As normas de eficácia limitada possuem aplicabilidade indireta e mediata, dependendo de regulamentação posterior para produzirem todos os seus efeitos.
- b) As normas de eficácia plena admitem restrições infraconstitucionais para limitar seu alcance e aplicabilidade.
- c) As normas constitucionais de eficácia contida não possuem aplicabilidade imediata, pois necessitam de complementação legislativa.
- d) As normas programáticas, por terem caráter principiológico, não possuem qualquer efeito jurídico imediato.
- e) Toda norma de direito fundamental tem eficácia plena, independentemente de qualquer regulamentação infraconstitucional.

**22.** João, proprietário de uma fazenda, que atende a sua função social, teve parte de suas terras desapropriadas para a construção de uma rodovia. Ele alega que a indenização oferecida não é compatível com a Constituição Federal. Com base nos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) João não tem direito a contestar a desapropriação, nem mesmo o valor da indenização, pois a construção de rodovias é de interesse público.
- b) João pode contestar a desapropriação, mas não a indenização, que é fixada unilateralmente pelo Estado.
- c) A desapropriação por interesse público dispensa a necessidade de indenização.
- d) João tem direito a uma indenização justa e prévia, podendo contestar seu valor judicialmente.
- e) A desapropriação é ilegal, pois a propriedade é um direito absoluto e inviolável.

**23.** O soldado Geraldo da Cruz, policial militar da ativa, com 32 anos, ingressou na atividade militar aos 21 anos e pretende se candidatar ao cargo eletivo de deputado federal nas próximas eleições gerais. Com base na Constituição Federal e considerando as informações fornecidas, assinale a alternativa correta:

- a) O soldado poderá se candidatar ao referido cargo eletivo e ficará agregado à autoridade superior e, se eleito, passará no ato da diplomação para a inatividade, não podendo após o término do mandato regressar à atividade.
- b) O soldado não poderá se candidatar pois não possui idade mínima para disputar o referido cargo.
- c) O soldado não poderá se candidatar, pois aos militares é vedada a filiação partidária enquanto em serviço ativo.
- d) O soldado poderá se candidatar ao referido cargo eletivo, desde que se afaste da atividade desde o registro da candidatura.
- e) O soldado poderá se candidatar ao referido cargo eletivo e ficará agregado à autoridade superior e,

se eleito, passará no ato da diplomação para a inatividade, desde que haja procedimento administrativo instaurado e requerimento do militar.

**24.** O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei.
- c) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- d) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

**25.** A respeito das imunidades, incompatibilidades e dos impedimentos dos parlamentares federais (senadores e deputados federais), previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Desde a expedição do diploma, é vedado que esses parlamentares sejam titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- b) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- c) O pedido de sustação da ação penal em trâmite contra deputado ou senador deverá ser feito por partido político, com representação na Casa, no prazo improrrogável de 45 dias, contados da ciência da ação penal.
- d) De acordo com o STF, após sentença condenatória transitada em julgado, deputados e senadores poderão ser presos. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- e) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, por toda e qualquer infração penal.

**26.** Durante uma crise institucional, o Presidente da República decretou estado de defesa em determinada região do país e, posteriormente, solicitou autorização para o estado de sítio. Paralelamente, diante de uma catástrofe de grandes proporções, discutiu-se a necessidade de decretação de estado de calamidade pública de âmbito nacional. Diante desse cenário, a assessoria jurídica do Congresso Nacional foi consultada sobre as competências constitucionais relativas à apreciação, autorização e suspensão dessas medidas.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta quanto às competências do Congresso Nacional nessas situações:

- a) Compete ao Congresso Nacional aprovar ou suspender o estado de defesa, autorizar o estado de sítio e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, todas por meio de lei ordinária.
- b) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar o estado de defesa e autorizar o estado de sítio, enquanto a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional é de competência exclusiva da Câmara dos Deputados.
- c) Compete ao Congresso Nacional aprovar o estado de defesa, autorizar e suspender o estado de sítio, e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, sendo essas competências exercidas sem necessidade de sanção presidencial.
- d) Compete ao Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e o estado de sítio, mas a suspensão dessas medidas é competência exclusiva do Presidente da República.
- e) Compete privativamente à Câmara dos Deputados aprovar o estado de defesa, autorizar o estado de sítio e decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional, cabendo ao Senado Federal apenas a suspensão dessas medidas.

**27.** Durante uma audiência pública sobre transparência e responsabilidade fiscal, um deputado questionou a assessoria legislativa acerca do procedimento constitucional para a prestação de contas do Presidente da República, especialmente quanto ao papel do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU) nesse processo. O deputado também quis saber as consequências do descumprimento do prazo constitucional pelo Chefe do Executivo.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República deve prestar contas ao Congresso Nacional até sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, cabendo ao Tribunal de Contas da União julgar definitivamente essas contas.
- b) Compete ao Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República, após parecer prévio do Tribunal de Contas da União, e à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas caso não sejam apresentadas no prazo constitucional.
- c) O Tribunal de Contas da União aprecia e julga as contas do Presidente da República, cabendo ao Congresso Nacional apenas homologar a decisão.
- d) Caso o Presidente da República não preste contas no prazo legal, compete ao Senado Federal proceder à tomada de contas, independentemente de manifestação da Câmara dos Deputados.
- e) O parecer prévio do Tribunal de Contas da União sobre as contas do Presidente da República é dispensável para o julgamento pelo Congresso Nacional, que pode decidir sem qualquer manifestação técnica.

**28.** Sobre o tema Segurança Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A Segurança Pública é uma competência exclusiva da União, não podendo os Estados e Municípios criar normas de segurança ou atuar em situações de segurança pública no âmbito local.
- b) A Polícia Militar, que tem a função principal de preservar a ordem pública, é uma instituição vinculada ao Poder Judiciário, com foco na aplicação da legislação penal.
- c) A atividade de investigação criminal não é exclusiva ou privativa dos órgãos de polícia judiciária.
- d) É inconstitucional a criação de leis pelos municípios para que guardas municipais atuem em ações de segurança urbana, realizando policiamento ostensivo.
- e) O Sistema Penal é o principal instrumento utilizado pelas políticas de segurança pública, com a ênfase na prisão como forma de prevenção e reintegração dos infratores à sociedade.

**29.** Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O controle concentrado de constitucionalidade é realizado exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal através das ações diretas de inconstitucionalidade e declaratórias de constitucionalidade.
- b) No controle difuso, cabe ao Congresso Nacional suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em decisão com efeitos vinculantes.
- c) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão pode ser proposta para questionar a omissão do Poder Público em relação à implementação de normas constitucionais.
- d) O controle de constitucionalidade preventivo deve ser exercido exclusivamente pelo Presidente da República ao vetar projetos de lei que considere inconstitucionais.
- e) No Brasil, qualquer cidadão tem legitimidade ativa para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

30. A respeito da classificação das constituições, assinale a opção incorreta.

- a) Do ponto de vista material, a Constituição é o conjunto de normas pertinentes à organização do poder, à distribuição da competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo, aos direitos da pessoa humana, tanto individuais como sociais.
- b) Quanto ao conteúdo as constituições podem ser classificadas como formais, quando se elege como critério o processo de formação da norma e não o seu conteúdo.
- c) A constituição dirigente estabelece diretrizes, programas que devem ser cumpridos pelo Estado, tendo como destinatário exclusivo o Poder Legislativo.
- d) Constituição-garantia é aquela que visa limitar o poder do Estado em face da sociedade, estabelecendo direitos e garantias individuais, são também chamadas de constituições clássicas.
- e) Constituição formal e material são sentidos ou dimensões que não necessariamente se sobrepõem ou coincidem com exatidão, sendo possível haver normas formais, mas não materialmente constitucionais, e vice-versa.

## DIREITO PENAL

*Renan Araujo*

31. A conduta criminalizada pelo tipo penal deve ser capaz de ofender um bem jurídico, caso contrário, a criminalização representará exercício ilegítimo do *ius puniendi* pelo Estado. Mais que isso: é indispensável que a conduta criminalizada ofenda um bem jurídico de terceiro, ou seja, afete um bem jurídico que não pertença ao próprio infrator, razão pela qual não se pune a autolesão.

Em relação à necessidade de que a conduta ofenda bem jurídico alheio, o trecho se refere, mais precisamente, ao princípio da:

- a) alteridade.
- b) subsidiariedade.
- c) legalidade.
- d) fragmentariedade.
- e) reserva legal.

32. Bruno praticou determinado delito, para o qual era cominada pena de reclusão de 04 a 15 anos, tendo sido definitivamente condenado à pena mínima (04 anos de reclusão), bem como foi obrigado a indenizar a vítima em R\$ 100.000,00. Iniciado o cumprimento da pena imposta, sobreveio nova lei penal descriminalizando a conduta praticada por Bruno. Todavia, o condenado não havia, ainda, realizado o pagamento da indenização fixada.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Bruno terá que indenizar a vítima pelos danos causados pela infração.
- b) A nova lei penal será aplicada retroativamente em favor de Bruno, fazendo cessar todos os efeitos da condenação, inclusive a obrigação de reparar o dano.
- c) A nova lei penal será aplicada retroativamente em favor de Bruno, fazendo cessar a pena, mas não os demais efeitos penais e extrapenais da condenação.
- d) A nova lei penal será aplicada retroativamente em favor de Bruno, como causa de redução de pena.
- e) A nova lei penal não será aplicada retroativamente em favor de Bruno, em razão do trânsito em julgado da condenação.

**33.** Um grupo de policiais civis da PC-RS se dirigiu a uma das comunidades de Porto Alegre-RS para cumprir mandado de prisão preventiva expedido pela autoridade judiciária competente. Lá chegando, os policiais foram recebidos a tiros por criminosos locais. Um dos policiais revidou, atingindo fatalmente um dos criminosos.

Nesse caso, a conduta do policial configura:

- a) fato abarcado pela excludente de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal.
- b) fato abarcado pela excludente de ilicitude do exercício regular de direito.
- c) fato abarcado pela excludente de ilicitude da legítima defesa.
- d) fato abarcado pela excludente de ilicitude da inexigibilidade de conduta diversa.
- e) crime de homicídio.

**34.** Juarez praticou, no dia 14.05.2025, fato tipificado como crime de lesão corporal grave (art. 129, §1º do CP). Porém, durante a investigação criminal, restou comprovado por perícia que o agente, ao tempo do fato, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, por conta de perturbação de saúde mental. Nesse caso, é correto afirmar que Juarez:

- a) será isento de pena, mas receberá medida de segurança.
- b) será considerado semi-imputável, com imposição necessária de medida de segurança.
- c) terá sua pena reduzida de um terço à metade.
- d) terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- e) será considerado inimputável, sem imposição de medida de segurança.

**35.** Acerca do concurso de agentes, assinale a alternativa correta:

- a) Na cooperação dolosamente distinta, o agente que quis participar de crime menos grave responderá pelo crime menos grave, sem possibilidade de majoração.
- b) Uma condição de caráter pessoal não se comunica entre os agentes, ainda que figure como elementar do tipo penal.
- c) O código penal adotou, como regra, a teoria monista no que tange à punibilidade no concurso de agentes.
- d) Na participação de menor importância o agente terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega a ser consumado.

**36** Bruno recebeu fotos íntimas de sua namorada Clarice, durante uma conversa por meio de aplicativo de mensagens instantâneas pela internet. Após o término da relação, Clarice solicitou a Bruno que apagasse as fotos de seu celular. Bruno, porém, se recusou, afirmando que iria guardá-las como recordação dos bons momentos vividos pelo casal.

Nesse caso, a conduta de Bruno configura:

- a) violação sexual digital.
- b) importunação ofensiva ao pudor.
- c) registro não autorizado da intimidade sexual.
- d) divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.
- e) fato penalmente atípico

**37.** Túlio e Igor, munidos de uma arma de fogo, abordaram Luiz Henrique quando este saía de um bar no centro da cidade. Após a abordagem, exigiram, mediante grave ameaça, que a vítima entrasse no veículo dos infratores e fosse com eles até alguns caixas eletrônicos e realizasse diversos saques nos terminais de autoatendimento, mediante o uso de cartão e senha. Cerca de 2h depois, já tendo obtido um total de R\$ 3.000,00 da vítima, os infratores libertaram Luiz Henrique às margens de uma rodovia.

Nesse caso, é correto afirmar que os agentes praticaram o crime de:

- a) roubo qualificado.
- b) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, sem majoração.
- c) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, majorado de um terço à metade.
- d) roubo majorado pela restrição da liberdade da vítima, apenas.
- e) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e pela restrição da liberdade da vítima.

**38.** “Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação”. Tal conduta configura o crime de:

- a) intimidação sistemática, de ação penal pública incondicionada.
- b) intimidação sistemática, de ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- c) violência psicológica contra a mulher, de ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- d) violência psicológica contra a mulher, de ação penal pública incondicionada.
- e) perseguição.

**39.** Ronan, 22 anos, agrediu seu pai, Cyro, 59 anos, após uma discussão em casa, motivada pela insatisfação do filho com o valor da mesada pago pelo pai. Em razão dos ferimentos, Cyro, que é policial civil, ficou incapacitado para o exercício de suas funções por três meses.

Nesse caso, Ronan deverá responder pelo crime de:

- a) Lesão corporal qualificada pela violência doméstica.
- b) Lesão corporal grave, majorada em um terço pela violência doméstica.
- c) Lesão corporal gravíssima, majorada em um terço pela violência doméstica.
- d) Lesão corporal qualificada por ter sido praticada contra policial civil.
- e) Lesão corporal grave, majorada de um a dois terços por ter sido praticada contra policial civil.

**40.** Sobre os crimes praticados por particular contra a administração pública e sobre os crimes contra a administração da Justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A oposição à execução de ato legal por servidor público configura o crime de resistência, ainda que sem o emprego de violência ou ameaça.
- b) O crime de desacato somente se configura se as ofensas se dirigem ao funcionário público quando no exercício da função, não se caracterizando caso o funcionário público esteja de folga.
- c) O crime de corrupção ativa se consuma quando o particular entrega ao funcionário público a vantagem oferecida ou prometida, com o fim de determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- d) A conduta de dar causa à instauração de processo administrativo disciplinar contra servidor público, imputando-lhe a prática de infração ético-disciplinar de que o sabe inocente, configura crime de denúncia caluniosa.
- e) O crime de exercício arbitrário das próprias razões se caracteriza quando o agente usa de violência ou grave ameaça com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Priscila Silveira*

**41.** Com base nos princípios e garantias do processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal não apresenta, de forma expressa, previsão sobre o princípio do duplo grau de jurisdição.
- b) A Constituição admite, em situações extremamente excepcionais, a criação de tribunais especiais, desde que assegurado o julgamento por autoridade competente.

c) É assegurado ao advogado o acesso aos autos do inquérito policial, exceto quando houver decretação de sigilo.

d) O princípio da paridade de armas estabelece que a sanção deve ser proporcional aos fundamentos que a justificam, visando a garantir equilíbrio na aplicação da pena ao fato cometido.

e) Como regra geral, não se admite interpretação ampliativa das normas do processo penal.

**42.** Considerando a sucessão de leis meramente processuais penais, conforme disposto no Código de Processo Penal (CPP) e na doutrina, deve-se aplicar, nos processos já em curso:

- a) o critério das fases distintas do processo.
- b) o princípio da unidade procedimental.
- c) a regra do tempus delicti.
- d) a aplicação, como regra, da ultratividade da norma anterior.
- e) o princípio do isolamento dos atos processuais.

**43.** Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- a) A autoridade policial tem a possibilidade de determinar o arquivamento do inquérito quando o Ministério Público ou o ofendido não solicitarem novas diligências.
- b) A simples denúncia anônima é suficiente para justificar tanto a instauração da investigação quanto o oferecimento da ação penal.
- c) Por possuir natureza inquisitiva, o inquérito policial não admite contraditório nem ampla defesa, o que impede o defensor do investigado de acessar os elementos nele reunidos.
- d) O Ministério Público pode solicitar ao juiz que devolva os autos à polícia, caso seja necessária a realização de diligência essencial à formulação da denúncia, como, por exemplo, a elaboração de laudo pericial referente a arrombamento.
- e) A instauração de inquérito policial de ofício é permitida à autoridade policial também nos crimes de ação penal privada.

**44.** Conforme dispõe o Código de Processo Penal, ao final do inquérito policial, a autoridade responsável deverá elaborar um relatório detalhado sobre os fatos investigados e, em seguida, encaminhar os autos:

- a) ao juiz competente para análise.
- b) ao Ministério Público, que decidirá sobre o oferecimento da denúncia.
- c) ao próprio investigado, para ciência.
- d) à vítima, para eventual manifestação.
- e) ao Procurador-Geral de Justiça, para providências cabíveis.

**45.** A ação penal pode, conforme previsão do Código Penal, ser de iniciativa privada, dependendo da natureza do delito descrito no tipo penal. Sobre as normas relativas à ação penal privada, estabelecidas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) Caso o querelante conceda perdão a apenas um dos acusados e este o aceite, o benefício será estendido a todos os demais, em razão da aplicação do princípio da indivisibilidade.
- b) Haverá perempção da ação penal privada se, após o início do processo, o querelante permanecer inerte por 90 dias consecutivos, deixando de impulsionar o feito.
- c) O perdão ao querelado pode ser aceito por meio de procurador que detenha poderes de representação geral.
- d) Associações, fundações ou sociedades regularmente constituídas têm legitimidade para propor ação penal, sendo representadas conforme previsão de seus contratos sociais ou estatutos; na ausência de designação, a representação caberá aos diretores ou sócios-gerentes.
- e) Com a morte do ofendido ou sua declaração de ausência judicial, extingue-se a punibilidade, pois o direito de apresentar queixa é exclusivamente pessoal.

**46.** No que se refere à representação exigida nas ações penais públicas condicionadas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, a representação torna-se irrevogável.
- b) O prazo legal para apresentar a representação é, geralmente, de seis meses, contados a partir do momento em que a vítima ou seu representante legal toma conhecimento da identidade do autor do fato.
- c) A manifestação de vontade para representar pode ser feita pessoalmente ou por meio de procurador com poderes específicos, por declaração escrita ou oral, perante o juiz, o Ministério Público ou a autoridade policial.
- d) Nos delitos de ação penal pública condicionada, não é possível iniciar o inquérito policial sem que haja prévia representação da vítima.
- e) A representação deve seguir uma forma formal definida em lei, sendo exigida autenticação em cartório se for apresentada por meio de documento particular.

**47.** Sobre os recursos no âmbito do processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) É permitido ao Ministério Público desistir de recurso que ele próprio tenha interposto.
- b) Caso o recorrente utilize um recurso inadequado para o caso, o Tribunal deverá deixar de conhecê-lo.
- c) O Código de Processo Penal não prevê situações em que o juiz deva interpor recurso de ofício.
- d) A parte que não demonstrar interesse na modificação da decisão não poderá interpor recurso.
- e) A simples interposição de recurso, ainda que sem efeito suspensivo, impede a expedição de mandado de prisão após a condenação.

**48.** Segundo o que dispõe o Código de Processo Penal, será cabível recurso em sentido estrito contra a decisão que:

- a) acolher a denúncia ou a queixa-crime.
- b) decidir pela pronúncia ou impronúncia do acusado.
- c) homologar o acordo de não persecução penal.
- d) afirmar a própria competência para julgar o caso.
- e) reconhecer procedência de exceções processuais, excetuando-se a de suspeição.

**49.** É admitida a prisão preventiva, desde que atendidos os requisitos legais, em todas as situações abaixo, exceto:

- a) em crimes dolosos cuja pena máxima privativa de liberdade seja superior a quatro anos.
- b) nos casos que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher.
- c) quando existir dúvida acerca da verdadeira identidade civil do indivíduo.
- d) se o acusado não apresentar elementos suficientes para comprovar sua identidade civil.
- e) como medida automática decorrente do início da investigação criminal.

**50.** Lucas, 30 anos, ao chegar em sua residência, encontra sua esposa Marina muito abalada, pois a casa havia sido invadida e todos os bens roubados. Um dos invasores, armado, retorna para buscar uma motocicleta guardada na garagem. Lucas possui arma de fogo registrada e legalizada, e dispara duas vezes, matando o criminoso. A polícia militar chega e prende Lucas em flagrante pelos crimes de posse ilegal de arma de fogo e homicídio. Sobre a legalidade dessa prisão, é correto afirmar que deverá ser:

- a) Imediatamente convertida em prisão preventiva, devido à gravidade dos delitos imputados.
- b) Convertida em prisão temporária de imediato, com a necessidade de finalização do termo circunstanciado.

c) Relaxada de pronto por ilegalidade, visto que Lucas agiu em legítima defesa e possui autorização regular para a posse da arma.

d) Substituída por prisão domiciliar, em razão da situação de legítima defesa.

e) Mantida imediatamente, pois Lucas teria agido em excesso ao se defender.

## DIREITOS HUMANOS

*Géssica Ehle*

**51.** A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é formada por:

a) cinco membros e alta idoneidade moral e saber em Direitos Humanos, não podendo fazer parte da Comissão mais de um nacional de um mesmo Estado

b) sete membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos, podendo fazer parte da Comissão apenas dois nacionais de um mesmo Estado

c) sete membros, com alta autoridade moral e reconhecido saber em matéria de direitos humanos, limitados a um nacional de cada Estado-Parte

d) cinco membros, juízes eleitos entre seus pares, com alta autoridade moral

e) oito membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos

**52.** Leia atentamente o trecho a seguir:

“Em 1999, 34 pessoas ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foram vítimas de interceptações e gravações telefônicas secretas, que foram gravadas e ouvidas pela Polícia Militar do Estado do Paraná. As conversas foram divulgadas em veículos de mídia e o Poder Judiciário se negou a destruir o material interceptado. [...]. A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil por violar os direitos à privacidade, à honra e à liberdade de associação.”.

O conteúdo mencionado acima relaciona-se ao caso:

- a) Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil (arquivado)
- b) Caso Nogueira de Carvalho e outros Vs. Brasil
- c) Caso Escher e outros Vs. Brasil
- d) Caso Garibaldi Vs. Brasil
- e) Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil

**53.** O Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, trata como beneficiário toda pessoa:

- I. cega.
- II. que tenha deficiência visual ou outra deficiência de percepção ou de leitura que não possa ser corrigida para se obter uma acuidade visual substancialmente equivalente à de uma pessoa que não tenha esse tipo de deficiência ou dificuldade, e para quem é impossível ler material impresso de uma forma substancialmente equivalente à de uma pessoa sem deficiência ou dificuldade.
- III. que esteja, impossibilitada, de qualquer outra maneira, devido a uma deficiência física, de sustentar ou manipular um livro ou focar ou mover os olhos da forma que normalmente seria apropriado para a leitura, independentemente de quaisquer outras deficiências.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

**54.** Com base no Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, julgue as assertivas a seguir.

- I. O Programa traz como um Eixo Orientador o combate às desigualdades estruturais.
- II. A democratização e modernização do sistema de segurança pública é uma diretriz do Eixo Orientador Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência.
- III. O Programa contém oito Eixos Orientadores e trinta Diretrizes.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

**55.** No que concerne aos Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que não corresponde a um dos objetivos expressos em seu texto.

- a) garantir o desenvolvimento nacional.
- b) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) erradicar a pobreza.
- d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- e) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE***Ivo Martins*

**56.** Considere o seguinte caso hipotético.

O civil "X", irmão de um policial que integra a Brigada Militar do RS, se envolveu em acidente de trânsito sem vítimas, ao abalroar o veículo do condutor "Y". Após se identificar como irmão do Militar do Estado do Rio Grande de Sul, foi violentamente agredido por "Y", que confessou ter assim agido apenas por saber dessa condição. As agressões provocaram lesões corporais gravíssimas no civil "X". Diante do exposto, é correto afirmar que o crime praticado por "Y":

- a) Não é considerado hediondo, pois a legislação contempla apenas o crime de homicídio doloso perpetrado contra o Militar do Estado.
- b) É considerado hediondo, apenas por se tratar de uma lesão corporal dolosa de natureza gravíssima, independentemente da condição da eventual vítima.
- c) Não é considerado hediondo, pois a legislação não contempla lesão corporal dolosa de natureza gravíssima como crime hediondo.
- d) É considerado hediondo, pois o civil "X" foi vítima de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima apenas por ser irmão de Militar do Estado em razão de sua função.
- e) Somente seria considerado hediondo se o crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima fosse perpetrado contra o próprio Militar do Estado em razão de sua função.

**57.** É correto afirmar a respeito do crime de disparo de arma de fogo, previsto na Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), que:

- a) É inafiançável, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
- b) Trata-se de crime comum, de perigo abstrato e que não admite a suspensão condicional do processo.
- c) Trata-se de crime próprio, afiançável e que admite a suspensão condicional do processo.
- d) Não admite a suspensão condicional do processo, é afiançável e trata-se de crime de mão-própria.
- e) É inafiançável, de perigo concreto e que admite a suspensão condicional do processo.

**58.** Considerando as disposições contidas na Lei nº 11.343, de 23/08/2006, assinale a alternativa correta.

- a) A "infiltração" por agentes policiais em tarefas de investigação, nos crimes descritos na referida Lei, depende de autorização do juiz ou do Ministério Público.
- b) Recebidos os autos de inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia é de 5 (cinco) dias.
- c) O perito que firmar o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo.
- d) Na fixação da pena, as circunstâncias preponderantes sobre outras circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal são a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.
- e) Nos crimes de tráfico de drogas ilícitas e assemelhados (arts. 33, caput e § 1.º, e 34 a 37), a referida Lei veda a concessão de fiança, sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, a progressão de regime e a substituição da pena por sanção restritiva de direitos.

59. Com relação ao Estatuto do Desarmamento, é correto afirmar que:

- a) constitui crime a utilização de arma de brinquedo ou simulacro de arma capaz de atemorizar outrem.
- b) para a tipificação do crime de disparo de arma de fogo é necessário provar que determinada pessoa tenha sido exposta a risco.
- c) não poderá ser concedida liberdade provisória ao crime de comércio ilegal de arma de fogo.
- d) para a tipificação do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido não é necessário que o armamento esteja municiado.
- e) o crime de tráfico internacional de arma de fogo não admite liberdade provisória.

60. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A Constituição Federal tem como cláusula pétrea a garantia de que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- b) O crime de tortura, que é imprescritível, segundo a legislação penal brasileira somente pode ser praticado por funcionário público ou outra pessoa no exercício de função pública.
- c) A decretação da perda do cargo, função ou emprego público é efeito automático da sentença condenatória dos crimes de tortura.
- d) Aplica-se a lei brasileira ao crime de tortura praticado no exterior, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.
- e) O crime de tortura, que é prescritível, segundo a legislação penal brasileira pode ser praticado por funcionário público ou outra pessoa no exercício de função pública, inclusive por particular.

## DIREITO CIVIL

Mário Godoy

61. Com relação às pessoas, assinale a alternativa correta.

- a) Pessoa com deficiência mental é considerada relativamente incapaz.
- b) São absolutamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem expressar sua vontade.
- c) Cessará, para os menores, a incapacidade, pelo exercício de função comissionada.
- d) A união estável de pessoa menor conduz à emancipação.
- e) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha, ou feito prisioneiro, não for encontrado até 2 anos após o término da guerra.

62. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) O estado de necessidade opera como causa excludente da ilicitude, e, portanto, afasta a obrigação de reparar o dano.
- b) São responsáveis pela reparação civil, desde que comprovada a culpa *in vigilando*, os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- c) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- d) O dono, ou detentor, do animal, ressarcirá o dano por este causado, ainda que resulte de culpa da vítima ou de força maior.
- e) O dono de apartamento alugado responde solidariamente com o locatário pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

**63.** Com relação à aquisição da propriedade imóvel, assinale a alternativa correta.

- a) Aquele que, por 15 anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e de boa-fé.
- b) Aquele que exercer, por 2 anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250 m<sup>2</sup>, ou sobre imóvel rural de até 50 ha, cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- c) Adquire a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por 5 anos.
- d) O possuidor não pode, para o fim de contar o tempo exigido para usucapião, acrescentar sua posse à dos seus antecessores.
- e) Não se estende ao possuidor o disposto quanto ao devedor acerca das causas que obstam, suspendem ou interrompem a prescrição, as quais não se aplicam à usucapião.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

*Ricardo Torques*

**64.** Acerca da capacidade processual, assinale a alternativa correta.

- a) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, ainda que casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- b) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei.
- c) Nem toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- d) O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.
- e) A sociedade ou associação sem personalidade jurídica poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.

**65.** Acerca das normas fundamentais do processo civil, analise as seguintes afirmações:

- I. Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- II. Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- III. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo se tratar de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- IV. É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

Com base nas afirmativas, estão corretas:

- a) I, II e IV.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e IV.
- d) I e II.
- e) II e IV.

**DIREITO PENAL MILITAR***Antônio Pequeno*

**66.** Quanto ao direito penal militar, marque a alternativa correta

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.
- c) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, não se aplica retroativamente.
- d) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.
- e) A pena cumprida no estrangeiro é computada na pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é atenuada, quando idênticas.

**67.** Quanto ao concurso de agentes de acordo com o Código Penal Militar é correto afirmar:

- a) A pena é atenuada com relação ao agente, cuja participação no crime é de somenos importância.
- b) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição em contrário, não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser preparado.
- c) Se comunicam, outrossim, as condições ou circunstâncias de caráter pessoal, mesmo que não sejam elementares do crime.
- d) A punibilidade de qualquer dos concorrentes é dependente da dos outros.
- e) O Código Penal Militar adotou a teoria pluralista no concurso de agentes

**68.** Sobre os crimes contra a Administração Militar, assinale a alternativa correta.

- a) Desacatar superior, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, ou procurando deprimir-lhe a autoridade, o agente responderá pelo crime de desacato
- b) Desacatar militar no exercício de função de natureza militar ou em razão dela, o agente responderá pelo crime de desacato a superior
- c) Desobedecer a ordem legal de autoridade militar configura o crime de desobediência.
- d) Desacatar assemelhado ou funcionário civil no exercício de função ou em razão dela, em qualquer lugar, será responsabilizado pelo crime de desacato a funcionário.
- e) Penetrar em fortaleza, quartel, estabelecimento militar, navio, aeronave, hangar ou em outro lugar sujeito à administração militar, por onde seja defeso ou não haja passagem regular, ou iludindo a vigilância da sentinela ou de vigia, configura o crime chamado de invasão de domicílio.

**69.** Sobre os crimes contra a Administração Militar, o enunciado:

Deixar de responsabilizar subordinado que comete infração no exercício do cargo, ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, corresponde o crime de:

- a) prevaricação
- b) Não inclusão de nome em lista
- c) Condescendência criminosa
- d) Inobservância de lei, regulamento ou instrução.
- e) Violação do dever funcional com o fim de lucro.

**70.** Com base no disposto no Código Penal Militar, assinale a afirmativa correta.

- a) A suspensão condicional da pena nunca será aplicada aos crimes militares.
- b) Quanto ao tempo do crime, considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, desde que seja o mesmo do resultado.
- c) O Código Penal Militar não compreende apenas os crimes militares, abrange também as infrações aos regulamentos disciplinares.
- d) Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime, o juiz deve diminuir a pena da metade
- e) O tempo de guerra, para efeitos de aplicação da lei penal militar, começa com a declaração ou o reconhecimento do estado de guerra e termina quando ordenada a cessação das hostilidades.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**

*Murilo Marques*

**71.** Conforme previsto no Código de Processo Penal Militar (CPPM), assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos concretos, se houver divergência entre as normas do CPPM e as normas de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as normas brasileiras, haja vista o princípio da soberania nacional.
- b) A lei processual penal militar deve sempre ser interpretada no sentido literal de suas expressões, para que não haja liberdade e ativismo judicial em sua aplicação.
- c) Admitir-se-á a interpretação extensiva ou a interpretação restritiva do CPPM, quando for manifesto, no primeiro caso, que a expressão da lei é mais estrita e, no segundo, que é mais ampla, do que sua intenção.

d) É admissível a interpretação restritiva ou extensiva mesmo quando cercear a defesa pessoal do acusado.

e) Em casos de omissão do CPPM, a legislação processual comum não poderá ser usada para suprir suas lacunas.

**72.** Quanto ao inquérito policial militar, assinale a alternativa incorreta:

- a) O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.
- b) A designação de escrivão para o inquérito caberá ao respectivo encarregado, se não tiver sido feita pela autoridade que lhe deu delegação para aquele fim, recaindo em segundo ou primeiro-tenente, se o indiciado for oficial, e em sargento, subtenente ou suboficial, nos demais casos.
- c) Será encarregado do inquérito, sempre que possível, oficial de posto não inferior ao de capitão ou capitão-tenente; e, em se tratando de infração penal contra a segurança nacional, sê-lo-á, sempre que possível, oficial intermediário, atendida, em cada caso, a sua hierarquia, se oficial o indiciado.
- d) A testemunha não será inquirida por mais de quatro horas consecutivas, sendo-lhe facultado o descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além daquele termo. O depoimento que não ficar concluído às dezoito horas será encerrado, para prosseguir no dia seguinte, em hora determinada pelo encarregado do inquérito.
- e) O inquérito deverá terminar dentro em vinte dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de quarenta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

**73.** Quanto aos processos de deserção de praças e oficiais, assinale a alternativa incorreta:

- a) Transcorrido o prazo para consumir-se o crime de deserção de um oficial, o comandante da unidade, ou autoridade correspondente ou ainda a autoridade superior, fará lavrar o termo de deserção circunstanciadamente, inclusive com a qualificação do desertor, assinando-o com duas testemunhas idôneas, publicando-se em boletim ou documento equivalente, o termo de deserção, acompanhado da parte de ausência.
- b) O oficial desertor será agregado, permanecendo nessa situação ao apresentar-se ou ser capturado, até decisão transitada em julgado, já a praça sem estabilidade será excluída.
- c) Vinte e quatro horas depois de iniciada a contagem dos dias de ausência de uma praça, o comandante da respectiva subunidade, ou autoridade competente, encaminhará parte de ausência ao comandante ou chefe da respectiva organização, que mandará inventariar o material permanente da Fazenda Nacional, deixado ou extraviado pelo ausente, com a assistência de duas testemunhas idôneas.
- d) A praça especial, por estar, inclusive, hierarquicamente acima de um subtenente, é agregada em caso de consumação da deserção.
- e) O desertor sem estabilidade que se apresentar ou for capturado deverá ser submetido à inspeção de saúde e, quando julgado apto para o serviço militar, será reincluído.

**74.** Quanto a Ação Penal e seu Exercício no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta:

- a) Conforme previsto no Código de Processo Penal Militar, a ação penal é pública e somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar. Dessa forma, entende-se não ser possível a ação penal privada subsidiária da pública do âmbito do processo castrense.

b) A denúncia deve ser apresentada pelo MP quando houver prova de fato, mesmo que este não constitua crime.

c) Há crimes que exigem que, para o oferecimento da denúncia, haja requisição do Ministério ao qual o agente está subordinado ou do Ministério da Justiça.

d) Depois de apresentada a denúncia, o Ministério Público ainda poderá desistir da ação penal, caso haja novo entendimento que há crime na situação.

e) Não há possibilidade de alguém levar ao MP informações de fato que constitua crime militar.

**75.** Quanto ao instituto da menagem, assinale a alternativa incorreta:

a) A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a quatro anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.

b) A menagem a militar poderá efetuar-se no lugar em que residia quando ocorreu o crime ou seja sede do juízo que o estiver apurando, ou, atendido o seu posto ou graduação, em quartel, navio, acampamento, ou em estabelecimento ou sede de órgão militar.

c) A menagem a civil será no lugar da sede do juízo, ou em lugar sujeito à administração militar, se assim o entender necessário a autoridade que a conceder.

d) O insubmisso terá o quartel por menagem, independentemente de decisão judicial, podendo, entretanto, ser cassada pela autoridade militar, por conveniência de disciplina.

e) A menagem concedida em residência ou cidade será levada em conta no cumprimento da pena.

**LEGISLAÇÃO APLICADA A FUNÇÃO***Fábio Ramos*

**76.** De acordo com dispositivos contidos na Lei Complementar Estadual nº 10.990/97 (Estatuto dos Militares Estaduais da Brigada Militar), marque a opção incorreta:

- a) Círculos hierárquicos são âmbitos de convivência entre os servidores militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.
- b) O Posto é o grau hierárquico do Oficial, conferido por ato do Comandante-Geral da Brigada Militar, e a Graduação é o grau hierárquico da Praça, conferido por ato do Governador do Estado.
- c) A precedência entre servidores militares da ativa, do mesmo grau hierárquico, é assegurada pela antiguidade no posto ou na graduação, salvo nos casos de precedência funcional do Comandante-Geral, do Subcomandante-Geral e do Chefe do Estado-Maior.
- d) Em igualdade de posto ou graduação, os servidores militares na ativa têm precedência sobre os na inatividade.
- e) Em caso de igualdade de posto, os Oficiais que possuírem o Curso Superior de Polícia Militar terão precedência sobre os demais.

**77.** Tibério é militar da Brigada Militar do RS e ficou com dúvidas a respeito dos dispositivos contidos na Lei Complementar Estadual nº 10.990/97 (Estatuto dos Militares Estaduais da Brigada Militar). Ele pegou a norma e pontuou corretamente que:

- I - A hierarquia e a disciplina militares são a base institucional da Brigada Militar, sendo que a autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.
- II - A disciplina militar e o respeito à hierarquia devem ser mantidos entre servidores militares da ativa apenas.

III - A hierarquia militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes, dentro da estrutura da corporação, sendo que a ordenação se faz por postos ou graduações e, dentro de um mesmo posto ou de uma mesma graduação, se faz pela antiguidade no posto ou na graduação, consubstanciada no espírito de acatamento à sequência de autoridade.

IV - Para o cômputo do tempo correspondente ao período probatório não será considerado o tempo de serviço do servidor militar como aluno-oficial.

V - Os Oficiais nomeados Juízes do Tribunal Militar do Estado são regidos por legislação própria.

- a) Somente I, II e III pertencem à estrutura.
- b) Somente II, III e IV pertencem à estrutura.
- c) Somente III, IV e V pertencem à estrutura.
- d) Somente I, III e V pertencem à estrutura.
- e) I, II, III, IV e V pertencem à estrutura.

**78.** Tibruço é O Comandante-Geral da Brigada Militar. Tibério, Subcomandante-Geral, é o substituto, nos impedimentos eventuais do Comandante-Geral da Corporação, competindo-lhe igualmente as funções de assessorá-lo no cumprimento das atividades da Brigada Militar. À luz da Lei Complementar Estadual nº 10.991/97 (Lei de Organização Básica da Brigada Militar), é correto afirmar que:

- a) Tibruço e Tibério serão indicados pelo Ministro da Defesa.
- b) Tibruço será indicado pelo Ministro da Defesa e Tibério será indicado pelo Secretário de Estado responsável pelos assuntos de segurança pública.
- c) Ambos serão nomeados pelo Presidente da República.
- d) Tibruço será nomeado pelo Presidente da República e Tibério será nomeado pelo pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.
- e) Ambos serão indicados pelo Secretário de Estado responsável pelos assuntos de segurança pública e nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

**79.** Transgressão disciplinar é qualquer violação dos princípios da ética, dos deveres ou das obrigações policiais-militares, na sua manifestação elementar e simples, bem como qualquer omissão ou ação contrária a preceitos legais ou regulamentares. À luz do Decreto nº 43.245/04 (Regulamento Disciplinar da Brigada Militar), são sanções disciplinares aplicáveis aos Militares Estaduais, exceto:

- a) advertência.
- b) repreensão.
- c) detenção.
- d) licenciamento a bem da disciplina.
- e) demissão a bem da disciplina.

**80.** Conforme Decreto nº 43.245/04 (Regulamento Disciplinar da Brigada Militar, todas são transgressões de natureza leve, exceto:

- a) Deixar de comunicar ao superior, tão logo possível, a execução de ordem legal recebida.
  - b) Deixar o subordinado de cumprimentar superior, uniformizado ou não, neste caso desde que o conheça, ou de prestar-lhe homenagens ou sinais regulamentares de consideração e respeito e o superior hierárquico, de responder ao cumprimento.
  - c) Chegar atrasado ao expediente, ao serviço para o qual esteja nominalmente escalado ou a qualquer ato em que deva tomar parte ou assistir.
  - d) Faltar com a verdade.
  - e) Tornar parte em jogos proibidos, ou jogar a dinheiro.
-

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---